



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001464-31.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial - SEMAP

ASSUNTO: Prorrogação e reajuste – Contrato nº 38/2022 – Contratada: **NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI** - Prestação de serviços, sob demanda, de manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais.

DESPACHO Nº 1444 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular certame licitatório, operou-se a contratação da empresa **NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI**, com sede em Rio Branco-AC, CNPJ n. 12.209.450/0001-78, para prestação de serviços, sob demanda, de manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos, pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, a contar de 08/12/2022, nos termos registrados no Contrato Administrativo nº 38/2022 ([0953696](#)), ajuste que se encontra em plena vigência.

A Assessoria de Engenharia - ASSENGE, unidade gestora do contrato, informa a necessidade de prorrogação contratual, da aplicação do reajuste contratual previsto na Subcláusula Sétima, considerando atualização de todos os valores de insumos ou serviços obtidos em outras fontes que **não** contidas nas tabelas do SINAPI. Prossegue ainda, em sua solicitação, com a indicação da necessidade de retificação da Apostila nº 01 ([1058858](#)), para registro da variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC e das ordens de serviços que não foram reajustadas pela tabela do SINAPI (composição própria) após maio de 2023 ([1079589](#)).

A unidade gestora consultou a empresa contratada sobre o interesse na prorrogação contratual e, em resposta, encaminhada por e-mail ([1077846](#)), a empresa manifestou-se favoravelmente à prorrogação por mais 12 meses.

Por sua vez, o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou os autos, concomitantemente: à Seção de Contratos – SECONT, para elaboração de minuta de termo aditivo, conforme solicitação da unidade gestora; e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico ([1080625](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Pela Informação n. 134/2023 ([1087550](#)), a ASSENGE demonstrou a vantajosidade da prorrogação contratual pretendida, apontando, dentre outras vantagens, que o contrato oferece estabilidade na prestação dos serviços, evitando interrupções que poderiam impactar negativamente a manutenção e funcionamento dos prédios da Justiça Eleitoral.

A SECONT juntou aos autos a minuta do Termo Aditivo n. 02 ao Contrato n. 38/2022 (evento [1088655](#)), remetendo à AJSAOFC para análise ([1088656](#)).

A AJSAOFC exarou o Parecer Jurídico n. 274/2023 ([1089259](#)), no qual, com base nos elementos constantes nos autos, concluiu que não há óbice à prorrogação do prazo de vigência do ajuste por mais 12 (doze) meses, a contar de 09/12/2023 a 08/12/2024, mantidas as demais condições e os termos atuais da contratação, com fundamento no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c Cláusula Quarta do Contrato nº 38/2022; e pela possibilidade jurídica de reajustar os preços atualmente contratados nos referidos percentuais de variação do SINAPI e INCC nas datas-base indicadas, com fundamento no art. 40, XI e art. 55, III, ambos da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Sétima do Contrato nº 38/2022. Por fim, em cumprimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93, aprovou os termos da minuta apresentada pela SECONT (evento [1088655](#)).

A SAOFC manifestou-se favorável nos seguintes termos (Manifestação n. 503/2023 - evento [1089447](#)):

[...]

1. pelo **deferimento do 1º reajuste no percentual de 12,21%** contados a partir de maio/2022, tendo em vista a variação do índice da Tabela SINAPI DESONERADA e do **2º reajuste no percentual de 4,29%** contados a partir da data da abertura do certame (26/07/2022), tendo em vista a variação do INCC, com fundamento no Art. 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Sétima do Contrato nº 38/2022;
2. por **tornar sem efeito o 1º termo aditivo** formalizado ao Contrato n.º 38/2022 ([0961321](#)), em virtude da correção necessária ao respectivo instrumento, correspondente aos itens do SINAPI e do INCC;
3. pela **prorrogação do prazo de vigência do Contrato n.º 38/2022** ([0953696](#)), por mais 12 (doze) meses, a contar de 09/12/2023 a 08/12/2024, mantidas as demais condições e os termos atuais da contratação, com fundamento no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c Cláusula Quarta do Contrato nº 38/2022;
4. pela **complementação de valor e atualização de vigência da garantia contratual apresentada anteriormente pela contratada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis** a contar da assinatura do aditivo contratual, no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Termo Aditivo, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da Lei 8.666/93e observadas todas as condições constantes da Cláusula Sexta do Contrato originário;

5. pela **inclusão do item XLVII** na Cláusula Décima do Contrato Originário, que diz respeito a **política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação**, regulamentado no âmbito deste Regional por meio da Resolução n.º 31/2023, em respeito as disposições trazidas pela Resolução n.º 351/20 do CNJ;

6. pelo **registro do valor total** atualizado do contrato para eventual cômputo de acréscimos e supressões do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/1993, que passará a ser de **R\$ 7.279.857,29 (sete milhões, duzentos e setenta e nove mil oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e nove centavos)**.

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

A presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da **Lei n. 10.520/2002**, com aplicação subsidiária da **Lei n. 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a **Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de Abril de 2023**, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

Nos termos do bem lançado Parecer Jurídico nº 274/2023 ([1089259](#)) da AJSAOFC, com relação à prorrogação contratual, observa-se que há previsão na Cláusula Quarta do Contrato n. 38/2022 ([0953696](#)), *ipsis litteris*:

CLÁUSULA QUARTA– Este Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e poderá vir a ser prorrogado até o limite de 60 meses, na forma do art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Subcláusula única – Nesta contratação, o prazo de execução de cada serviço efetivamente demandado será definido nas Ordens de Serviços, tendo como referência os prazos das composições do SINAPI, podendo o CONTRATANTE ajustar os prazos sempre que julgar pertinente, não podendo ultrapassar o prazo de execução do Contrato.

No caso em tela, aplica-se a hipótese do inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93, por se tratar de prestação de serviço de **forma contínua**, consistente na prestação de serviços, sob demanda, de manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos, que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo a esta Justiça Eleitoral, senão vejamos:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – (...)

II – a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas à obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses" (Negritou-se).

Quanto ao requisito “**iguais e sucessivos períodos**”, verifica-se que o presente ajuste, com vigência inicial de 12 (doze) meses, será prorrogado pela primeira vez à conveniência da Administração, período idêntico ao inicialmente estabelecido - para o qual há expressa concordância da contratada ([1077846](#)), mantidas as demais condições e os termos atuais da contratação.

Registra-se, ainda, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto pelo art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, não será alcançado com o deferimento desta prorrogação do contrato ora em análise.

Quanto ao último requisito "preços e condições mais vantajosos para a Administração", segundo registrado na Informação nº 134/2023 ([1087550](#)), a unidade gestora da contratação demonstrou a vantajosidade da prorrogação contratual pretendida, apontando, dentre outras vantagens, que o contrato oferece estabilidade na prestação dos serviços, evitando interrupções que poderiam impactar negativamente a manutenção e funcionamento dos prédios da Justiça Eleitoral.

Vale ressaltar que, além dos requisitos de natureza legal, também estão cumpridos todos os requisitos de natureza contratual que autorizam a presente prorrogação como também já demonstrado na análise jurídica efetuada pela AJSAOFC ([1089259](#)), bem como estão presentes todas as condições de habilitação mediante juntada aos autos de todos os documentos comprobatórios.

Acerca do reajuste contratual, tem amparo nos **arts. 40, XI e 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93**, os quais determinam a estipulação de critérios periódicos de reajuste, regra também com previsão expressa no Contrato Administrativo n. 38/2022 ([0953696](#)), *in verbis*:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

(....)

Subcláusula Sétima – Especificamente quanto ao eventual Reajuste de preços deste contrato, deverá ser observado o que segue:

1. Os percentuais de desconto registrado na ata de registro de preços e BDI ofertados na proposta **permanecerão inalterados** durante todo o período de vigência dos contratos originados do certame;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*Em conformidade com os Acórdãos nº 1238/2016 e 1381/2018, ambos do Plenário do TCU, os preços contratados **PODERÃO** ser reajustados após o período mínimo de 01 (um) ano, observando que:*

a) Contado de MAIO/2022, data da divulgação da tabela do SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia considerada para o orçamento dos preços estimados, desde que tenham sido divulgadas, após esse mesmo lapso temporal mínimo de 01 (um) ano, novas tabelas do SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia;

b) Contado da data da abertura do certame, pela variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, para a atualização de todos os valores de insumos ou serviços obtidos em outras fontes que não as tabelas do SINAPI.

3. O reajuste não incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração dos valores, incidindo, apenas, sobre os serviços ainda não executados;

4. Essa mesma regra será aplicada nas eventuais prorrogações dos contratos;

5. Nos casos em que os reajustes forem aplicáveis, deverá a CONTRATADA apresentar para análise e deliberação da fiscalização, planilha contendo a relação dos serviços e os valores a serem reajustados.

É oportuno ressaltar que o reajuste é um procedimento automático, haja vista que a recomposição do valor contratado deverá ser feita de ofício pela Administração quando completado o lapso de 12 meses a contar da data da apresentação da proposta, com base na variação acumulada do Índice Nacional da Construção Civil - INCC, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, para a atualização de todos os valores de insumos ou serviços obtidos em outras fontes que não as tabelas do SINAPI ([1079589](#)).

Está evidenciado, portanto, o poder-dever da Administração de manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, de sorte que o reajustamento configura uma obrigação, e não mera faculdade.

No presente caso, a ASSENTE solicitou a **retificação do valor total do reajuste constante na Apostila nº 01 ao Contrato 38/2022** para a devida aplicação do reajuste referente às medições das ordens de serviços após maio de 2023 de nºs 05/2023; 06/2023; 09/2023; 01/2023 - SEMAP; 10/2023; 02/2023-SEMAP; 11/2023; 05/2023-SEMAP e 08/2023-SEMAP, que não foram reajustados pela tabela do SINAPI - composição própria - ([1079589](#)). No mesmo pleito, a ASSENTE também informou que a base de cálculo utilizada para a composição do valores de insumos não contidas no SINAPI da presente contratação sofreu variação de **4,29 %**, conforme pesquisa INCC, da FGV ([1073706](#)), em comparação com a apresentada na proposta.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, conforme informado pela ASSENGE, na forma da tabela 1 constante da Solicitação nº 70/2023 ([1079589](#)), o reajuste será no valor total de **R\$ 742.357,29** (setecentos e quarenta e dois mil trezentos e cinquenta e sete reais e vinte e nove centavos).

Por conseguinte, haverá necessidade de atualização do valor do Contrato nº 38/2022 ([0953696](#)), que passa a ser de **R\$ 7.279.857,29** (sete milhões duzentos e setenta e nove mil oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e nove centavos), que corresponde ao valor atualizado do contrato, após os reajustes registrados na CLÁUSULA PRIMEIRA da minuta do Termo Aditivo n. 02 ao Contrato n. 38/2022 (evento [1088655](#)).

Além disso, em cumprimento à **Cláusula Sexta** do contrato originário e Cláusula Terceira da minuta de termo aditivo ([1088655](#)), **deverá a contratada complementar/prorrogar a garantia contratual.**

Registra-se, ainda, que a minuta de termo aditivo ([1088655](#)) foi aprovada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

Por fim, deverá a contrata ser **notificada** para apresentar **fatura complementar separadamente**, contendo a diferença entre os valores anteriores e os valores atualizados com o presente reajuste. Nessa linha, deverá a empresa contrata ser **notificada** para apresentar as faturas complementares e **atualizar a garantia**, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à imposição prenunciada na cláusula contratual supracitada.

Por todo exposto, diante da possibilidade de prorrogação prevista no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, bem como do preenchimento de todos os requisitos legais, considerando a delegação constante do artigo 1º, II, da Portaria TRE-RO nº 66/2018:

a) autorizo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato n.º 38/2022 ([0953696](#)), por mais 12 (doze) meses, a contar de 09/12/2023 a 08/12/2024, mantidas as demais condições e os termos atuais da contratação, com fundamento no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c Cláusula Quarta do Contrato nº 38/2022;

b) autorizo o 1º reajuste no percentual de 12,21% contados a partir de maio/2022, tendo em vista a variação do índice da Tabela SINAPI DESONERADA e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

o **2º reajuste no percentual de 4,29%** contados a partir da data da abertura do certame (26/07/2022), tendo em vista a variação do INCC, com fundamento no Art. 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Sétima do Contrato nº 38/2022;

c) torno sem efeito a Apostila 01 do Contrato TRE-RO n. 38/2022 (evento [1058858](#)), em razão da necessidade de correção de valores, conforme solicitado pela unidade gestora, correspondente aos itens do SINAPI e do INCC;

d) autorizo o registro do valor total atualizado do contrato para eventual cômputo de acréscimos e supressões do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, que passará a ser de **R\$ 7.279.857,29 (sete milhões, duzentos e setenta e nove mil oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e nove centavos)**;

e) determino a inclusão do item XLVII na Cláusula Décima do Contrato Originário, que diz respeito a **política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação**, regulamentado no âmbito deste Regional por meio da Resolução TRE-RO n.º 31/2023, em respeito às disposições trazidas pela Resolução CNJ n.º 351/2020;

f) determino a notificação da contratada para apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores anteriores e os valores atualizados com o presente reajuste, e também a **complementação de valor e atualização de vigência da garantia contratual apresentada anteriormente pela contratada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis** a contar da assinatura do aditivo contratual, no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Termo Aditivo, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93 e observadas todas as condições constantes da Cláusula Sexta do Contrato originário.

Encaminhem-se os autos à SAOFC para prosseguimento e atualização da comprovação de regularidade fiscal da empresa contratada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 30/11/2023, às 16:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.